

Estudantes indígenas: a invisibilidade nas instituições de ensino e nos dados estatísticos

Braulina Aurora

Universidade de Brasília - UnB e-mail: bwbraulina@gmail.com

Resumo

Relatos sobre a presença indígena apresentam um aumento significativo nas declarações oficiais, em especial aqueles que destacam a importância nessas instituições. Mas esses discursos contrastam com a ausência de informações e acompanhamento institucional a esses estudantes. Este artigo discute este percurso e processo de invisibilização nos dados das instituições que receberam alunos indígenas, desde a implantação nacional de políticas afirmativas nas universidades. Sugerimos que esta invisibilização pode ser entendida como prática de racismo institucional sendo necessário falar e construir novas políticas de visibilidade acadêmica indígena de forma a promover a redução dessa violência.

Palavras-chave: indígenas, educação superior, universidade pública.

O artigo, apresenta o resultado de pesquisa de iniciação cientifica que propôs estudar sobre a invisibilidade dos estudantes indígenas aos olhos do Estado e das instituições de ensino superior, destacando os efeitos para os estudantes indígenas. A pesquisa permitiu me colocar a partir da ótica das estudantes indígenas, nos eventos que participei, desde aprovação do projeto de pesquisa, até o dia da apresentação final, que aconteceu no congresso de iniciação científica da UnB.

É de conhecimento geral que o processo de inclusão social da diversidade étnica-racial da população no Brasil foi iniciado no âmbito das políticas indigenistas segundo uma concepção assimilacionista. Foi através da luta pelo acesso à universidade de forma diferenciada no contexto pós-Constituição de 1988, quando os direitos originários dos povos indígenas são reconhecidos, que a perspectiva da inclusão com respeito às diferenças deu seus primeiros passos, assumindo, posteriormente, a forma de políticas de ação afirmativa nas universidades ou cotas raciais. Porém, cada instituição adotou de forma diferente o direito de acesso da diversidade à universidade. As categorias identitárias adotadas foram, em particular, as de "baixa renda", "negros" e "indígenas".

De acordo com Silva et al (2006) as políticas públicas voltadas para as populações indígenas sempre estiveram pautadas pela perspectiva integracionista e tutelar, que visa se conduzir dentro de parâmetros

4 Braulina Aurora

"evolucionistas" promovendo a transfiguração das sociedades e culturas indígenas para condição de "civilizados" sob a ideologia da comunhão nacional homogênea.

No Brasil, a presença indígena nas universidades encontra-se confrontada por estas políticas assimilacionistas e universalistas que ainda permanecem no discurso acadêmico de vários cursos. Durante o levantamento preliminar de dados, pode-se afirmar que existem estudos sobre o desafio de presença e formação indígena e as peculiaridades enfrentadas pelos estudantes durante a formação. O acesso ao ensino superior para as minorias é visto como projeto de reparação por aqueles que enfrentaram vários problemas durante a formação escolar no país. A colonização, como primeiro projeto de dominação e poder sobre os povos indígenas, promoveu transformações nas sociedades indígenas e a hierarquização racial da sociedade brasileira, promovendo o prestígio e poder aos colonizadores e seus descendentes.

Muito se tem discutido sobre o perfil dos estudantes indígenas nas universidades diante deste quadro sociológico de assimilação, universalização, hierarquização e desigualdade. Sejam trabalhos discutidos pelos alunos indígenas e não-indígenas, muitos deles disponíveis nos repositórios de cada universidade. O presente trabalho teve o desafio de acessar dados quantitativos da presença indígena nas universidades nos últimos 10 anos e leis e normas das universidades que amparam os alunos/as indígenas, após acessarem.

Escolhi estudantes indígenas de quatro universidades — UFSC, UnB, UFSCar e UFPA — para inter-relacionar as seguintes dimensões: a) normativa (lei e normas que asseguram a presença dos indígenas no regimento interno dessas universidades), b) estatística (dados estatísticos dos alunos/as indígenas nas universidades), c) gênero (os desafios da mulher indígena no espaço acadêmico); e d) institucional (analisar programas implantados nos últimos 10 anos de ações afirmativas nessas instituições e discussão dos atuais desafios do ensino superior para povos indígenas).

Ao iniciar a pesquisa, as IES foram mapeadas para se buscar acesso às informações sobre os estudantes indígenas matriculados. Notou-se uma grande concentração de alunos/as indígenas nos cursos de formação intercultural, voltados para formação de professores, ao contrário da dispersão de dados sobre alunos indígenas nos cursos regulares. Desse modo, o levantamento bibliográfico foi realizado junto ao mapeamento das IES para melhor compreensão do problema da invisibilidade dos/das estudantes indígenas nos demais cursos. O acesso aos dados quantitativos

constituiu o principal obstáculo. Para superá-lo, recorreu-se às entrevistas realizadas com alunos/as indígenas, para ouvir as suas percepções no que diz respeito às ações afirmativas e aos programas de suas universidades, a partir de suas experiências pessoais. As entrevistas com os estudantes participantes de diferentes áreas de formação, tentou-se fazer a delimitação sobre a perspectiva das estudantes mulheres e o enfrentamento da violência contra a mulher nos espaços universitários e urbanos e o que possibilitaria a solução desses diversos problemas que dificultam a manutenção nas universidades.

Se questionou também sobre a invisibilidade dos saberes indígenas nas instituições de ensino. Se buscou ouvir experiências vivenciadas pelos/as alunos/as, no que diz respeito ao acolhimento, acompanhamento e espaço físico de convivência, e de que forma a norma ou programa tem contribuído para inclusão de qualidade de acadêmicos indígenas, para fortalecer a sua capacidade de aprendizagem na política de diversidades nas instituições de ensino.

Aproveitou-se a realização do IV Encontro Nacional de Estudantes Indígenas, no Pará, onde estive presente como estudante indígena da UnB, para realização de entrevistas e discutimos sobre essa nossa realidade. Foram ouvidos estudantes matriculados em cursos de biologia, farmácia, medicina, antropologia e formação intercultural. Segundo os alunos, do povo indígena Piratapuia, Pataxó, Tupiniquim, Juruna, Munduruku e outros, entrevistados na ocasião do encontro nacional de estudantes indígenas realizado no Pará (2016), quando se trata de questões indígenas, acesso não é mais o problema, mas o número de indígenas ainda é muito baixo para atender a demanda das comunidades indígenas.

Há ainda a necessidade de profissionais em áreas estratégicas definidas pelos povos indígenas. Para o ensino, avançamos muito, visto que hoje já temos professores indígenas nas escolas. Mas, para que haja mudança e aceitação dos indígenas, conforme sua realidade regional, é necessário ter profissionais, como promotores de justiça, indígenas no legislativo, sem que estas profissões neguem os conhecimentos e saberes indígenas.

A infraestrutura e políticas de moradia para esses/as alunos/as nas diferentes instituições de ensino mostrou ser uma preocupação vigente. No caso da UnB, não temos casa universitária para alunos de graduação com suas famílias, na UFSCar há facilidade de presença de alunos com suas famílias, pelo fato de ser uma cidade universitária, há auxílios que possibilitam permanência. Na UnB, somente em 2015 os alunos indígenas tiveram acesso a Casa de Estudantes e, passando ainda pelo processo

6 Braulina Aurora

seletivo com outros alunos, pois não há política de alojamento específico para indígenas. Na UFSC, os alunos de graduação têm apartamentos específicos para eles, auxílio moradia e moram próximos à universidade, porém não espaço para a família dos estudantes dentro da universidade. No Pará, as entrevistas trataram sobre a nova experiência de núcleos que foram implantados para acolhimento de alunos.

Se questionou também sobre as motivações para a continuação de estudos no ensino superior e como são as experiências das mulheres indígenas, no que se refere à violência principalmente. A maioria das mulheres mencionaram a inexistência de formas de apoio e acompanhamento para elas na condição de mulheres. A violência contra a mulher começa a ser sentida no momento mesmo em que somos perguntadas sobre o que é ser índio? Como é ser mulher indígena? Não há como se sentir bem no ambiente de ensino sendo repetidamente interpelada dessa forma nas interações com colegas e professores.

Para nós estudantes mulheres, a vontade e a cobrança do povo é muito maior, ausência e saudade é somada em se fortalecer espiritualmente para lidar com essa violência, a discriminação é duas vezes maior, choramos para aliviar a dor da saudade, saímos sem responder quando somos questionadas dessa forma, ou tentamos falar da nossa vivência. Enfrentamos isso de forma a não sermos visto como as vítimas, mas sim as guerreiras que se tornarão profissionais. Essa compreensão foi também colocada na mesa sobre as mulheres indígenas durante a semana indígena na UnB, em 2017.

A relação com os colegas de sala de aula é marcada pela discriminação, pela recusa em sermos incluídas para realização de trabalhos em grupo, dentre outras barreiras ao convívio. As instituições não oferecem apoio, no caso de problema emocional, de saúde familiar por exemplo, a academia não está preocupada com problemas pessoais de indígenas. A expectativa é a de que sejamos iguais aos demais alunos. Desse modo, ouvimos relatos de desistência por parte das alunas, por que não souberam administrar a distância entre família e estudos. Para superar essas dificuldades, ouvimos sobre as iniciativas de organização de associações e de eventos para dialogar com a administração das universidades, a fim de acessar apoio de forma diferenciada.

Discussão/Conclusão

O desenvolvimento da pesquisa possibilitou acessar estudantes indígenas que estudaram ou ainda estudam na UFSC, UnB, UFSCar e UFPA. A opção pelas entrevistas para aprofundar o diálogo com estudantes indígenas

mulheres acentuou o problema da invisibilidade e reconhecimento nessas IES. Muito se debate atualmente sobre o direito das mulheres à educação e a importância de sensibilizar as instituições sobre a necessidade de maior atenção com vistas a assegurar sua formação profissional.

Conforme apontado na terceira Semana dos Acadêmicos da Universidade de Brasília, em 2017, que teve como tema central o protagonismo dos/das estudantes indígenas, a sua presença tem feito diferença para o aperfeiçoamento de políticas de ação afirmativa não somente para os estudantes indígenas, mas para toda a comunidade universitária que tem sido compelida a aprender a lidar com a diversidade.

Com relação a ausência de dados estatísticos de estudantes indígenas e normas internas nas universidades, registra-se o descaso institucional haja vista que a inclusão racial somente iniciou em 2007 e, após a sua implantação ainda não há regimentos específicos e informações sobre a presença indígena. A ausência desses dados e normativas específicas voltadas para garantir o reconhecimento dos direitos aos indígenas incide na desistência perante os empecilhos referidos acima. Apesar da UnB ter sido pioneira em implantar o programa de ingresso para indígenas, há 10 anos, até o momento menos de 30 alunos indígenas se formaram, indicador que ressalta os efeitos dos problemas aqui levantados. Essas práticas de racismos institucional e continuidade colonial na universidade reforçam o estigma de que não é espaço para os indígenas.

Referências Bibliográficas

SANTOS, Augusto (Organizador). Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005.

PAIXÃO, Marcelo. Brasil 2000 - novos marcos para as relações raciais. Povos Indígenas e a Lei dos "Brancos": o direito à diferença. Brasília: LACED/Museu Nacional, 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SANTOS, S. C. dos. Educação e sociedades tribais. Porto Alegre: Movimento, 1975.

SILVA, F. A. B.; ARAÚJO, H. E.; SOUSA, A. L. Diagnóstico da situação das populações indígenas no Brasil. IPEA, 2006.